

Governo pode ajudar a acelerar o ritmo

Nos momentos em que o Congresso não conseguiu avançar, neste semestre, em articulação interna e externa, sua paralisação decorreu da incapacidade do Governo em fornecer-lhe subsídios, como aconteceu no chamado "entendimento nacional". "Não houve estímulo do Poder Executivo", admite o senador Mauro Benevides que não houve avanço apenas nos pontos que dependiam de apoio de outro poder.

Num esforço paralelo ao do Governo em articular a negociação capaz de levar a uma espécie de pacto social, a Câmara e o Senado, juntos, chegaram a desencadear uma série de reuniões em Brasília, que não prosseguiram,

sobretudo depois que o presidente Collor no começo de maio, mudou a equipe econômica regida pela ex-antiga ministra Zélia Cardoso de Mello.

Uma vítima dessa mudança foi o Projeto da Reconstrução Nacional o **Projetão**, elaborado na equipe de Zélia por encomenda de Collor. "Faltaram estímulos do Executivo para a elaboração das leis que fundamentariam o Projeto", reconhece Benevides, que, com Ibsen Pinheiro, tentou colocar no Congresso a sede do entendimento nacional e suas ramificações sobre o **Projetão**.

Apesar de tudo, observa Benevides que a disposição do Con-

gresso em articular o acordo social "instaurou entre os brasileiros um novo e auspicioso relacionamento com os variados segmentos sociais, especialmente patrões e trabalhadores, que participaram conosco de discussões".

"Recebemos aqui líderes empresariais como Mário Amato, presidente da poderosa Fiesp. Ao mesmo tempo acolhemos líderes de trabalhadores com ideologias diversas como Luiz Antônio de Medeiros, Jair Meneguelli e Vicente de Paulo Alves da Silva, O **Vicentinho**. Era um esforço que, com eles, fazíamos para garantir ao Parlamento a condição de condutor das aspirações da comunidade".